



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA SEXTA (16ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos quinze dias do mês de junho do ano dois mil e vinte, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Décima Sexta (16ª) Sessão Ordinária do Quarto (4º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Relação da Matéria, datada de 09 de junho de 2020, antecipada que foi, do dia 22 de junho, através do Requerimento nº 196/2020. Às 19h08, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (09), Marcos Antonio Franco (10), Maria Helena Scudeler de Barros (11), Moacir Genuario (12), Orivaldo Aparecido Magalhães (13), Samuel Nogueira Cavalcante (14), Sônia Regina Rodrigues (15) Tiago César Costa (16) e, ausente, Fábio de Jesus Mota (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou a Vereadora Sônia Regina Rodrigues, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o Presidente deu por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**". Porém, não haviam proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário. Sendo o Expediente reduzido, conforme artigo 211, do Regimento Interno, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão, às 19h10, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou dezesseis dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM SEGUNDO TURNO; ITEM ÚNICO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno, combinado com os Artigos 208, § 7º, e 211, do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 46, de 2020, de autoria do Prefeito Municipal, “estabelecendo as Diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município de Mogi Mirim, para o exercício de 2021, e dando outras providências”; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Segundo (2º) Turno, por unanimidade dos vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 46/2020, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). O primeiro inscrito foi o Vereador Cinoê Duzo. Ele falou, que o assunto do final de semana tinha sido o falecimento de uma enfermeira mogimiriana, pelo covid-19; que ele lhe prestava todas as honrarias, todas as homenagens, bem como, aos familiares da falecida e seus colegas de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

trabalho; que a flexibilização do isolamento social carecia de um olhar de muita cautela; que, no prazo de uma semana, Mogi Mirim tinha saltado de 14%, para 42%, no índice de ocupação de suas UTIs, um aumento assustador, infelizmente; que os mogimirianos não deveriam relaxar, na questão da higiene pessoal e no uso das máscaras; que a morte da enfermeira reduzira a sensação de seguridade, porque o covid-19 se mostrara próximo aos mogimirianos, pediu cautela, quanto à flexibilização do isolamento social, e solicitou, que a fiscalização da prefeitura fosse intensificada; que os vereadores, autoridades, formadores de opinião, tinham que dar exemplo, em suas postagens e lives, utilizando a máscara sempre, pois era medida eficaz, comprovadamente; que não era momento de relaxamento, porque, naquele momento, ocorria o pico da pandemia, prova disso eram os números da curva de contágio, que só cresciam, e externou todo o seu apoio à classe da enfermagem, que estava de luto, bem como, à classe dos trabalhadores do setor da saúde, que o poder devastador do covid-19 não deveria ser subestimado e registrou, que o Secretário Estadual de Educação e o Prefeito de São Paulo, Bruno Covas, estavam com o covid-19, ninguém estava imune ao vírus, e parabenizou o Prefeito de São Paulo, porque, mesmo com comorbidades, câncer, não tinha se afastado da gestão da capital durante a crise do covid-19, e que, todos deveriam ser mais humanos e sensíveis, diante da pandemia. O próximo inscrito foi o Vereador Cristiano Gaioto que, igualmente ao seu antecessor na tribuna, registrou condolências à família da enfermeira Roseane Dias, funcionária no centro cirúrgico do Hospital São Francisco de Mogi Guaçu, também, ex-funcionária da Santa Casa de Mogi Mirim. Disse que havia estudado durante todo o ensino fundamental com a irmã da falecida, Josiane, e externou suas condolências. Explicou, que estava muito triste com o ocorrido, porque se tratava de uma profissional da saúde; que ele sentira o abalo da notícia, nas redes sociais, não só por Roseane, mas também, pelo falecimento da enfermeira Aline Rossi, funcionária da Santa Casa de Mogi Guaçu; que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

covid-19 tinha se aproximado e isso era preocupante, ele não era contra a abertura do comércio, mas pedia à população, que não adentrasse em lojas, as quais estivessem lotadas, cheias, com muitas pessoas; que ele tinha visto aglomeração de pessoas, no centro da cidade, ele sabia de festas, que estavam acontecendo na cidade, clandestinamente, contaminando pessoas; que era hora de consciência, ele se preocupava com a própria família, a doença não escolhia pessoas; que ele também se solidarizava com Bruno Covas, Prefeito da Capital do Estado, porque ele já lutava contra um câncer e, agora, estava com covid-19, que os vereadores estavam na linha de frente, ao lado da população, mas estavam de mãos atadas, nada podiam fazer com relação à abertura, ou fechamento do comércio, porque toda a administração se submetia ao decreto do Governador, os vereadores apenas podiam propor políticas públicas ao Executivo Municipal, na tentativa de amenizar a problemática, ele acreditava que as ações implementadas pela Vigilância Sanitária municipal, coordenada por Joalice, tinham sido ótimas e eficazes e, para concluir, sublinhou votos de pesar, pelo passamento das profissionais de saúde Roseane e Aline. O próximo orador foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Ele assinalou o Dia Municipal de Combate à Violência ao Idoso, lei aprovada, pela Câmara, e refletiu sobre a necessidade de conscientização acerca do tema, diante da enorme violência, que era cometida dentro das famílias, bem como, a necessidade de denunciar atos desta natureza. Depois, versou sobre o avanço da dengue e do covid-19 no município e citou os Requerimentos n°s 200 e 201/2020, de sua autoria, aprovados na sessão anterior, o primeiro, solicitando informações sobre boletins epidemiológicos da dengue, no município, e o segundo, requerendo informações sobre os boletins diários, no município, especificados, por bairro, ou regiões, acerca da contaminação do covid19, e declarou, que localizar os casos do covid-19, por região, no município, seria de grande utilidade, porque, a exemplo do Município de Praia Grande, dever-se-ia ter transparência e precisão nos dados apresentados, bem como, gráficos detalhados, e, da mesma



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

forma, para com a dengue, que chegava aos dois mil casos registrados, desde janeiro, todavia, sem se saber o número atual de casos, no mês corrente, tampouco, a incidência, por bairro. Por fim, aclarou que uma divulgação eficiente dos dados reverteria em ações eficazes de combate e daria transparência à população acerca do andamento da pandemia no município, portanto, ele desejava que a administração implantasse o detalhamento, por regiões. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi. Ele, enquanto presidente da Comissão Processante da Câmara, composta pelos Vereadores Orivaldo Magalhães, Maria Helena e ele, orador, declarou que havia uma decisão judicial válida, porém, ainda sem eficácia, porque a eficácia se daria somente após sua publicação, portanto, a comissão deixaria para comentar a decisão, após tal publicação. Finalizando, registrou que, na semana passada, havia “caído uma chuva boa” e as estradas rurais estavam propícias ao trabalho de reparação, com a motoniveladora, desta forma, ele solicitava à Secretaria de Agricultura, que procedesse o nivelamento das estradas rurais, com urgência, a fim de que tivessem condições de tráfego. Tomou lugar na tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares. Ele externou sua solidariedade, para com os familiares dos falecidos, em virtude do covid-19, e a todos os profissionais, que estavam na linha de frente do combate à pandemia, principalmente, a equipe municipal, chefiada por Joalice, haja vista a grande responsabilidade envolvida e a dificuldade de combater um inimigo invisível. Disse, que a união de todos era a grande arma na luta contra o vírus; que os vereadores, que também eram pais de família, deveriam dar exemplo à população, explicando a importância do distanciamento social, do uso do álcool gel e orientando os populares desavisados; que os componentes da equipe municipal de combate ao covid-19 eram heróis e tramitava, no Senado Federal, o projeto de lei nº 1242, do Senador Paulo Paim, alterando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, sobre garantia de aquisição e distribuição de Equipamentos de Proteção Individuais - EPIs, para todos os trabalhadores, na saúde, inclusos os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

profissionais da limpeza, enquanto perdurassem os efeitos do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do Corona vírus (covid-19); que os funcionários do setor da limpeza da UPA e Santa Casa também deveriam receber equipamentos de proteção, para estarem protegidos, completamente, que ele faria ofício, ao prefeito municipal, de igual teor, fazendo a solicitação, e que, ele contava com a assinatura dos pares, no citado ofício. Como os próximos oradores, Vereadores Marco Antônio Franco e Maria Helena Scudeler de Barros, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Moacir Genuario. De início, ele reclamou sobre o Calendário de Coleta de Lixo da Prefeitura Municipal, porque não estava sendo cumprido, especificamente, nas Chácaras Sol Nascente. Citou, que vez passada, na última coleta, nas ruas das chácaras, o serviço tinha recolhido apenas metade do entulho, portanto, o entulho estava se acumulando; que a coleta não se dera no mês em curso, novamente; que ele telefonara ao secretário, José Paulo, por duas vezes, mas nada se resolvera; que o secretário só dispunha de dois funcionários, para realizarem a coleta, em todas as ruas das Chácaras Sol Nascente, em apenas três dias, portanto, o secretário jamais faria uma limpeza completa, mas somente em duas, ou três ruas; que seria necessário um mutirão, com dois, ou três caminhões, e vários funcionários; que a associação dos moradores estava fazendo um trabalho, junto aos proprietários e residentes, para que descartassem entulhos somente no calendário previsto, mas este nunca era cumprido e ficava difícil, porque a própria prefeitura, que fazia o calendário, não cumpria com sua obrigação; que ele nem estava citando as Chácaras São Francisco, o Jardim Planalto, a Usina Esmeralda, todos bairros, em completo abandono, onde o entulho se acumulava; que o secretário nunca conseguia cumprir com o serviço, e a Secretaria de Agricultura não pudera concluir um serviço de sua pasta, porque os galhos acumulados não tinham permitido, e isto era absurdo, porque o Secretário de Serviços, além de não cumprir com suas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

obrigações, também atrapalhava o cumprimento das obrigações da Secretaria de Agricultura e que, ele esperava que o secretário José Paulo cumprisse com seu dever e enviasse um caminhão e funcionários, com urgência, para fazer a coleta de galhos e entulhos, nas Chácaras Sol Nascente. Finalizando, solicitou ao Vereador Jorge Setoguchi, Presidente da Comissão Processante da Câmara, para que requeresse o passaporte do edil que era investigado, por suspeita de rachadinha, para constatar as datas de viagens e possíveis coincidências, com atestados médicos apresentados na Câmara. O Próximo orador foi o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele iniciou, citando as palavras de Jesus, quando um discípulo perguntara, ao Mestre, quem era o que mais amava, e Jesus respondera, que era aquele que mais perdoava. Verbalizou que a população estava farta das comissões e clamava, encarecidamente, pela conclusão do processo, porque estava “vexatório demais”; que a Casa, ao discutir a questão, deveria se ater, exclusivamente, aos autos do processado, ao invés de picuinhas, xingamentos e ameaças; que isso tinha que acabar e ele esperava, por um ponto final, na sessão, em curso, para que a população não pensasse que o plenário fosse um circo, e pediu aos vereadores envolvidos, que colocassem um fim na situação, deixassem os processos tramitarem e que fossem discutidos, durante as reuniões das comissões, e, aos Vereadores Samuel, Tiago e Moacir, pediu que cessassem de levar o assunto à tribuna e não falassem mais nada; que ele fazia a mesma solicitação a todos os pares, para que deixassem os processos “correrem”, no tempo necessário para a tramitação, e quando a conclusão chegasse, daí sim, colocá-la, para o plenário, porque a Casa era séria; que os vereadores deveriam deixar o ego e as vaidades, de lado, e estas, não eram palavras dele, mas ele repetia o que diziam os populares, fora da Câmara, que ele já havia visto um vereador mogimiriano ter mil e quinhentos votos e não ter sido eleito e, à época eleitoral, as vaidades afloravam e que, em nada adiantava um vereador ter raiva do outro, ódio, e não havia nada pior que o ódio. Depois versou sobre o antigo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

governo petista e o programa Cati-leite, cujo objetivo era promover o desenvolvimento sustentável da atividade leiteira, porém, narrou que o antigo governo do PT tinha oferecido um financiamento aos produtores e esses tinham adquirido tratores, novas vacas, equipamentos; que os produtores tinham se endividado; que o Brasil era o país do monopólio e os bancos, agora, queriam tomar as terras do pequeno produtor; que ele tinha conversado com pessoas, que produziam no município, há cinco gerações, e estavam preocupadíssimas, que ele já ingressara com várias ações e não iria permitir, iria “arrebentar”, porque não era possível pegar o bem de família e utilizá-lo, para quitar financiamentos, e que, o Cati-leite tinha sido a maior picaretagem do PT, contra os agricultores e produtores do país. Como o próximo orador, Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Sonia Regina Rodrigues. Ela iniciou, cumprimentando e parabenizou o PM Capitão Tiago Eugênio Módena Fernandes, pela sua nomeação, para comandante da PM, em Mogi Mirim, desejando-lhe um profícuo trabalho e de excelência, bem como, agradeceu ao Capitão Adriano, que tinha feito um magnífico trabalho e deixara Mogi Mirim, iria comandar o 26º Batalhão PM, em Mogi Guaçu. Citou tais mudanças, no comando da Polícia Militar da região, e assinalou ainda, moção de congratulações, de sua autoria, ao Capitão Luciano Peixoto, da Polícia Militar, pela conquista da patente de Major, ele, que passara, por Mogi Mirim, e, atualmente, estava lotado, em Rio Claro. Desejou-lhe a benção de Deus. Na sequência, abordou a pandemia do covid-19, afirmou que, como investigadora de polícia, também estava na linha de frente da luta contra o vírus, haja vista que a Polícia Civil atendia à população; que Mogi Mirim tinha confirmado 11 casos de covid-9, nas últimas 24 horas, eram 101 casos positivos, em Itapira, 106, e, em Mogi Guaçu, 271 casos; que o assunto era seriíssimo e todos tinham algum familiar, no grupo de risco, e a vida só retornaria ao normal, após a erradicação do vírus; que as pessoas tinham que ter consciência, em se limitarem, deixarem de comparecer a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

eventos, mesmo em família; que aquele não era momento para festas, tampouco, para a frequência nos bares, nos jogos de futebol, nas ruas; que o momento era de conscientização e os eventos sociais não podiam acontecer, nem as reuniões, nas portas das casas, o momento era de se isolar, para que o vírus fosse embora, que ela sabia, que muitos precisavam trabalhar, mas aos que não precisavam, ela fazia o pedido, para que permanecessem isolados, socialmente, mantivessem-se em suas casas, conversassem somente por WhatsApp, e que, o momento era de consciência e de cada um fazer o seu papel, para combater a pandemia. O próximo orador foi o Vereador Tiago César Costa. Ele se solidarizou, com os profissionais de saúde, que estavam na linha de frente, no combate ao Corona vírus, e com os familiares de Roseane Dias, técnica em enfermagem, residente em Mogi Mirim. Rogou a proteção de Deus às pessoas, que lutavam contra o covid-19, e para os profissionais da área da saúde, os enfermeiros, técnicos e médicos, profissionais que estavam nas ruas, nos hospitais, também, aos profissionais da área de segurança pública; que a pandemia não era brincadeira, o Corona vírus estava longe de ser uma gripezinha, era perigoso e toda vida importava, perder alguém próximo era doloroso demais e o protocolo sanitário para óbitos resultantes do covid-19 não permitia velórios e despedidas e isto poderia resultar, em feridas psicológicas nos familiares; que a vida humana era um sopro, um vapor, como dizia a Palavra, e a morte acontecia de repente, portanto, precaução com a pandemia e isolamento social eram necessários, para evitar contágio e preservar os entes amados; que ele também tinha deixado de fazer várias coisas, as quais gostava, tais como, o futebol, pensando, justamente, em se resguardar, pensando ainda, nos pais, que eram idosos, o pai diabético, e a irmã já fora vítima de bactérias graves; que as pessoas deveriam pensar no próximo, ele estava preocupado, porque, assim como os demais, desejava cuidar dos entes amados; que havia também, muita pressão, para que as pessoas se posicionassem, dessem opiniões, na rede social, e deixar de opinar poderia até parecer, que não se estava



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fazendo nada, e este era um mal, que incorria, aos que ficavam por tempo demais na internet, e as pessoas desejavam ler somente aquilo que lhes agradasse, não aceitando opiniões divergentes, e isto era ruim; que os sentimentos estavam aflorados, todos estavam nervosos, com as notícias, e traumatizados, que o vírus tinha batido, enfim, na porta da Câmara Municipal, pois uma funcionária tinha testado positivo, e que, ele lhe desejava um pronto restabelecimento, bem como, aos demais populares, que tinham sido vitimados pela enfermidade. Para encerrar, comentou sobre a Lei nº 13.995/2020, que fora um esforço do Congresso e cujo relator tinha sido o Deputado Federal Baleia Rossi, dispendo sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União, às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participavam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada, no combate à pandemia da Covid-19. Aclarou que a lei destinava 2 bilhões de reais, ao todo, destes, 916 mil reais à Santa Casa local, e 340 mil reais, para o Lar Espírita Maria de Nazareth, para compra de medicamentos, suprimentos, insumos e adequação de espaço físico, desta forma, ele parabenizava o esforço do Congresso Nacional e do Deputado Federal Baleia Rossi, o relator. O próximo orador foi o Vereador Alexandre Cintra. Ele abordou o assunto do Corona vírus – covid-19 e disse que as últimas vinte e quatro horas tinham registrado o maior índice de infecção, na cidade, com onze casos confirmados; que o momento era sério e de emergência; que todos os noticiários, todos os canais de TV davam conta do aumento dos casos, nas cidades do interior de São Paulo; que o interior era a “bola da vez” e pediu aos vereadores, para que utilizassem suas redes sociais, a fim de intensificar o pedido, por cuidados e isolamento, porque a população estava entendendo a palavra flexibilização, como afrouxamento, como “oba-oba”, e não era nada disso; que ele tivera a oportunidade de entrevistar Joalice e Guto Urbini, coordenadores municipais, numa live, do Clube Mogiano, e a pergunta que ele fizera tinha sido, justamente, por que a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

administração não fornecia dados setoriais, por regiões, Norte, Sul, Leste e Oeste, e a resposta fora, de que, tecnicamente, isto não era possível, e endossou, que o momento não era para festas e reuniões sociais; que houvera um caso, que se dera, no domingo último, quando a Guarda Civil Municipal - GCM, depois de atender a uma notificação, tinha conseguido dispersar uma festa funk – pancadão, que estava sendo realizada e, já na segunda-feira, o pai de um dos jovens, que tinham estado na festa, fora até a Prefeitura, para reclamar da abordagem policial da GCM e isto era uma atitude surreal, ele perguntava, em que mundo este pai vivia, para reclamar da ação da Guarda, pedindo satisfações; que as pessoas estavam confundindo flexibilização, com “oba-oba”, que o distanciamento social tinha que ser mantido, em supermercados, bancos e outros locais, e os estabelecimentos, por outro lado, estavam tomando suas providências também, todavia, as pessoas não respeitavam as orientações, e que, ele se solidarizava, com as famílias das profissionais de saúde, Roseane e outra, falecidas, em virtude do covid-19, bem como, com as demais profissionais da área da saúde, “porque, de hora, em hora, todos iam embora”. Narrou, que uma médica não tinha conseguido salvar um seu familiar e tivera que pedir demissão, recebera ataques da própria família, não tinha mais condições psicológicas, e ele se preocupava com isso, razão pela qual apresentara requerimentos, para saber, se os profissionais da saúde estavam recebendo apoio psicológico. Afirmou ao Vereador Moacir, que lhe era solidário, na questão do atraso do Calendário de Coleta de Entulhos, mas que iria além, porque a quantidade de lixo era enorme, na zona leste, móveis, entulho, louça sanitária, lixo verdadeiro, e clamou à população, que tivesse consciência, no descarte do lixo doméstico e entulhos, não obstante isso, o Calendário de Coleta tinha que ser cumprido, pela administração. Encerrando, agradeceu aos pares a aprovação da Frente Parlamentar de Políticas Pública, em Defesa da Cultura e Turismo, informou que a publicação da lei se daria quarta-feira, no Jornal Oficial do Município, e pediu a participação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dos pares, na Frente, porque os artistas contavam com o apoio da Câmara Legislativa. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 19h48, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM